

CURSO DE MONITORAMENTO DE BASE COMUNITÁRIA

FASCÍCULO 2

Governança e Gestão do
Meio Ambiente e do Território



AMAZÔNIA
2.0 Conectado
por nossas
florestas

CURSO DE MONITORAMENTO DE BASE COMUNITÁRIA

FASCÍCULO 2



Financiado por



Parceiros



Elaboração:

Vera Olinda Sena de Paiva
José Frankneile Silva
Billyshelby Felquis dos Santos
Estevão Ribeiro
Maria Luiza Ochoa
Paula Lima Romualdo
Julieta Matos Freschi

Colaboração:

Aldalúcia Ferreira
Ana Cláudia Salomão

Revisão técnica:

Carolle Alarcon
Karen Podvin
Braulio Buendía

Coordenação editorial:

Alessandra Arantes
Viviane Junqueira

Adaptação pedagógica:

Viviane Junqueira dos Santos

Edição:

Viviane Junqueira dos Santos
Alessandra Arantes

Design instrucional:

Vivianne Amaral

Revisão ortográfica:

Luciana Arantes

Projeto gráfico e editoração:

Alessandra Arantes

Ilustrações:

AUÁ Mendes

Tradução a línguas indígenas:

Shelton Lima de Souza
(Nuku tsaĩ do povo Jaminawa)
Joaquim Paulo de Lima Kaxinawa
(Hãtxa kuĩ do povo Huni kuĩ)
Jaime Sebastião Prishico Manchineri
(Manchineri)



SUMÁRIO

Apresentação	5
O Projeto Amazônia 2.0	10
Você Conhece a CPI-Acre?	12
Vou te Mostrar o que é Monitoramento Territorial	14
O que é o Curso de Monitoramento Comunitário?	18
Como o Curso foi Preparado?	19
Fascículo 2: Governança e Gestão Do Meio Ambiente e do Território	20
O que é Governança?	21
Tema 1 - O Conceito de Governança: O que é?	23
Tema 2 - Conversando sobre Governança do Território	27
Tema 3 - Conversando sobre a Gestão do Território e do Meio Ambiente	31
Tema 4 - Etnomapeamento, Planos de Gestão e Plano de Manejo: Instrumentos de Gestão dos Territórios	35
Tema 5 - Fortalecimento Institucional: Associações, Organizações e Cooperativas	43
Tema 6 - TGovernança e Políticas Públicas	51
Lista de Siglas	57
Referências	58
Para Saber Mais	61

Apresentação

Somos a Associação UICN – Brasil, uma organização composta por instituições do governo e da sociedade, criada para contribuir com a conservação da natureza em todo o mundo. Somos reconhecidos por nosso trabalho e sabemos como é importante cuidar da natureza.

Temos 42 anos de existência e apoiamos os povos indígenas em suas lutas pela conquista e o exercício de seus direitos, valorizando sua língua e cultura. Ao longo desses anos, realizamos ações educativas de gestão do meio ambiente e dos territórios. Também influenciemos a criação de políticas de educação, de saúde, gestão territorial e ambiental e cultural. Em nossa atuação, demos prioridade para formar lideranças indígenas como protagonistas de suas lutas.

Com base em nossas experiências, criamos um curso de formação de monitoramento do território para os monitores do Projeto Amazônia 2.0 no Brasil, voltado para o fortalecimento da gestão do território e das florestas nas áreas de atuação da iniciativa Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) que há mais 20 anos se realiza no Acre.

Esta formação, realizada em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), é um dos pilares da educação indígena, para a realização de trabalhos de manejo e conservação dos recursos naturais, valorizando seus modos e culturas. Depois de formados, os agentes agroflorestais indígenas podem vigiar seus territórios e acompanhar a situação dos recursos naturais e da gestão dos ambientes das suas Terras Indígenas.



Casa dos Autores/CPI-Acre
Foto: Leilane Marinho



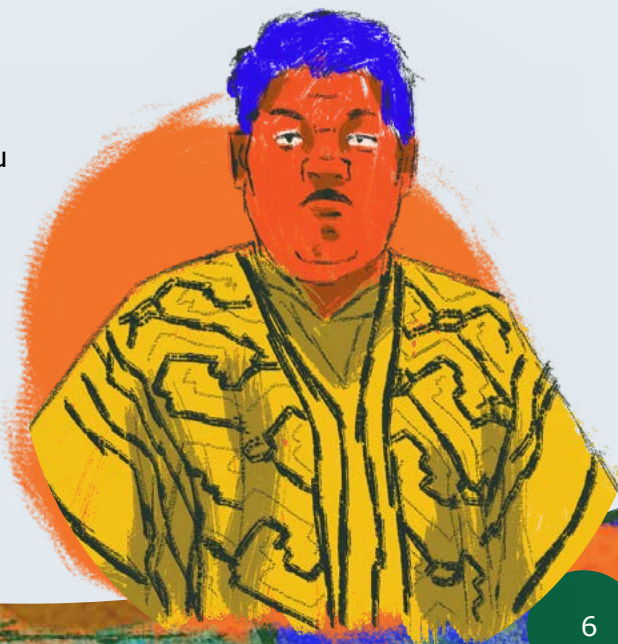
Os personagens

Para apoiar e facilitar o aprendizado dos assuntos criamos personagens e símbolos que vão nos acompanhar durante todos os conteúdos desta cartilha. Cada um deles vai nos ajudar a entender melhor algum assunto. **Vamos conhecê-los?** Eles foram inspirados nas comunidades indígenas do Acre e estão aqui para garantir que todas as informações sejam plenamente compreendidas.



Sirlene Huni-Kuin: Tenho 25 anos e sou a liderança que representa os jovens estudantes na comunidade e orienta sobre questões importantes e o futuro da Terra Indígena. **Também sou defensora da escola da comunidade, onde já fui professora. Aqui na cartilha, apresento alguns temas importantes.**

Cleumar Manchineri: Tenho 53 anos, estou me formando como Agente Agroflorestal Indígena e conheço profundamente o território. Ajudo a preservar os conhecimentos do meu povo e da cultura indígena. **Aqui na cartilha faço perguntas e apresento informações sobre o monitoramento comunitário.**





Jonas Kulina-Madjá: Tenho 46 anos e sou liderança na comunidade. Tenho muito interesse em aprender mais sobre o meio ambiente e como as tecnologias ajudam a proteger o território. Sou um articulador, busco envolver a comunidade nas discussões importantes sobre a organização do território.

Aqui na cartilha chamo a atenção para os assuntos mais importantes para os povos da floresta.



Marcos Jaminawá: Tenho 21 anos, sou alegre, brincalhão e gosto de estudar. Gosto muito de jogar de futebol e de computadores. Estou sempre disposto a ajudar nas atividades da comunidade e tenho curiosidade em aprender novos conhecimentos, especialmente aqueles ligados à organização do território, meio ambiente e tecnologias. **Aqui na cartilha apresento os conteúdos de tecnologia e Decretos.**

Teresa Nunes Pacaia: Tenho 18 anos, sou curiosa, animada e tenho vontade de aprender. Quando minha irmã mais velha virou agente de saúde, isso despertou meu interesse em ajudar a melhorar a vida da comunidade. Estou iniciando minha participação na vida política, vou nas reuniões e atividades comunitárias. Sou uma das monitoras do Programa Monitora (o programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade) onde tenho aprendido sobre as questões ambientais e do território. **Aqui na cartilha faço algumas perguntas e convido os colegas a praticarem os aprendizados.**



Quadros e caixas de destaque

Estes recursos irão te orientar e facilitar a “navegação”, deixando leitura mais clara.

Atente-se para eles e observe como exercem funções diferentes:



FIQUE ATENTO

Destaque de pontos importantes.



VAMOS LER?

Convite à leitura de textos.



PARA SABER MAIS

Outras referências para consulta.



CONHECENDO AS PALAVRAS

Glossário dos termos técnicos importantes.



SABERES INDIGENAS

Destaque para práticas e saberes indígenas.



APRENDER FAZENDO

Atividades de reforço dos conteúdos.

O PROJETO AMAZÔNIA 2.0

As atividades do Amazônia 2.0 acontecem em 6 países da Amazônia: Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname e seu objetivo é fortalecer modelos de governança da floresta nos territórios indígenas e comunidades rurais e tradicionais que vivem na Amazônia.

A ideia é firmar um modelo de monitoramento comunitário que tenha origem nos habitantes da floresta. Os povos da floresta dependem da gestão organizada e transparente de seus recursos para alcançar a qualidade de vida que merecem para serem cercados por uma formidável riqueza natural e cultural.

6 países da Amazônia

- A** Equador
- B** Colômbia
- C** Peru
- D** Guiana
- E** Suriname
- F** Brasil



Parque Estadual Chandless
Foto: Sergio Garrido, UICN,
Proyecto IAPA, 2016

No Brasil, o Amazônia 2.0 é implementado em 3 territórios no estado do Acre, onde vivem os povos Kaxinawa, os Madijá, os Manchineri, os Jaminawa e também os ribeirinhos.



Acre

**Terra Indígena
Alto Rio Purus**

Povos: Madja (Kulina) e Huni Kuin (Kaxinawá)
50 aldeias: 25 Madja (Kulina) e 25 Huni Kuin

**Parque Estadual
Chandless**

Área: 670 mil ha (correspondente a 4,23% do território do Acre)
Pessoas beneficiadas: 67 entre adultos e crianças (11 famílias)

**Terra Indígena
Mamoadate**

Povos: Manchineri e Jaminawa e um número não conhecido de indígenas isolados Mashco-Piro
16 aldeias: 12 Manchineri e 4 Jaminawa

Juntos, os 3 territórios formam

**+ de 1 milhão de
hectares de florestas.**

**0,28% dessas áreas
estão desmatadas.**





VOCÊ CONHE A CPI-ACRE?

Nós já vimos que a **Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)** sempre esteve envolvida com a educação indígena, mas em 1997 ela criou oficialmente a primeira escola de formação de indígenas: o Centro de Formação dos Povos da Floresta. O Centro é registrado como a primeira Escola de Professores Indígenas do Estado e no Brasil.

O Centro de Formação dos Povos da Floresta tem dois currículos de formação aprovados oficialmente:

- Proposta Curricular Bilíngue Intercultural para a Formação de Professores Indígenas do Acre.
- Proposta Político-Pedagógica e Curricular de Formação Profissional e Técnica dos Agentes Agroflorestais Indígenas (ensino médio).

O curso de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas é iniciativa pioneira no Brasil indígena, como experiência de formação técnico-profissional em gestão territorial, sob a responsabilidade e a autoria de uma ONG.

Além da formação, a CPI-Acre também oferece assistência técnica aos AAFIs, realizado e coordenado pelo Programa de Gestão Territorial e Ambiental. O AAFI é um profissional que exerce importante função junto às suas comunidades, veja algumas:



Informa seus grupos a respeito dos assuntos do meio ambiente atuais.



Realiza projetos relacionados a outras áreas como educação, cultura, saúde e à diversificação das fontes alimentares e das alternativas econômicas.



Organiza as discussões e na implementação de práticas de manejo, uso e conservação da biodiversidade nas TIs e entorno.



Alojamento do CFPF
Foto: Mauro Maciel

VOU TE MOSTRAR O QUE É MONITORAMENTO TERRITORIAL

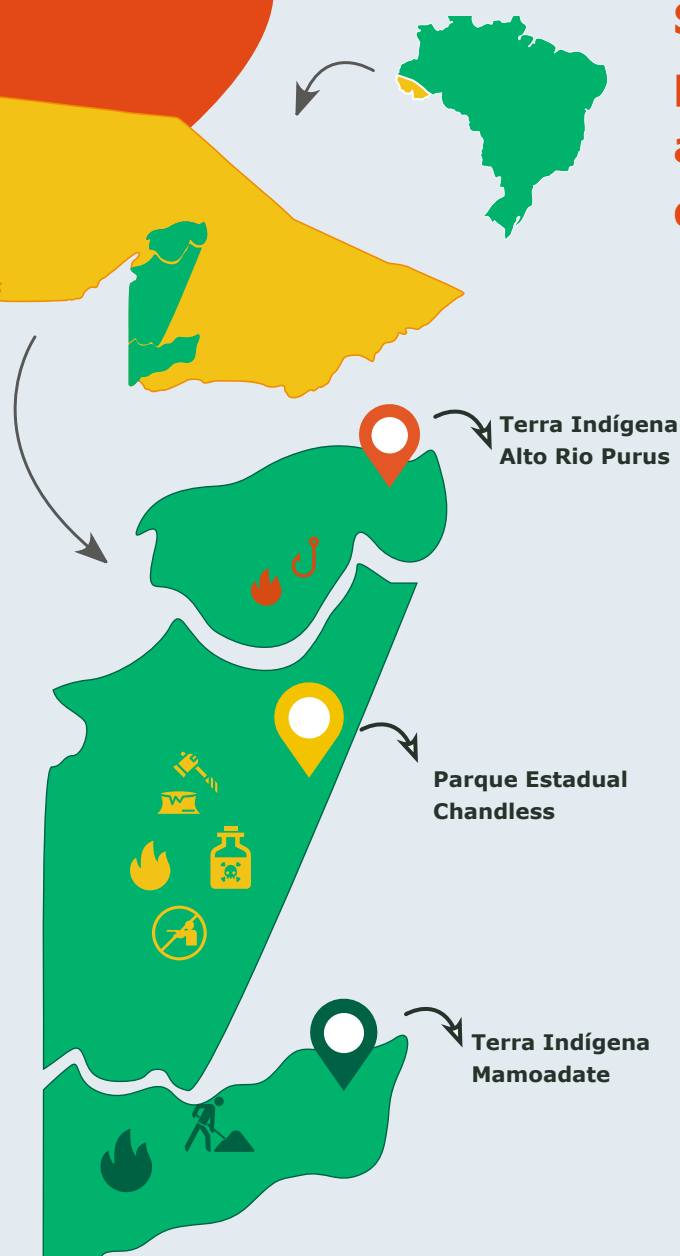
Quando queremos cuidar do território, uma das tarefas de maior desafio é a vigilância e a defesa. Embora esta seja uma tarefa da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e a nível estadual, ao Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac), atualmente ela não é concretizada por estes órgãos.

Algumas terras indígenas são imensas e é fácil imaginar a dificuldade para evitar invasões e roubo de recursos da floresta como madeiras nobres, caça, pesca, entre outros.

Oficina PSA CPI
Foto: Nilson Tuwe



Saiba quais são as principais pressões e ameaças aos territórios do Projeto.



Queimada



Desmatamento



Caça Ilegal



Pesca Ilegal



Narcotráfico



Construção de Rodovias

Saberes Indígenas:



"O trabalho desse mapeamento é uma coisa muito importante. A gente tem hoje um trabalho de vigilância e fiscalização da nossa terra. (...) Com esse trabalho, a gente está fazendo esse diagnóstico geral que é uma coisa muito importante porque, a gente vai poder identificar cada ponta da nossa terra".

FI Benki Pianko, Ashaninka.

As atividades de vigilância e fiscalização são fundamentais de serem realizadas em certas épocas do ano. Os AAFIs orientam as pessoas sobre práticas de proteção, uso sustentável, conservação e preservação dos recursos naturais. Por ser da comunidade e ter formação, ele atua de forma rápida e com diálogo, buscando alternativas para enfrentar as invasões e seus problemas.

O AAFI age antes que as situações possam causar danos ao meio ambiente, monitorando e avaliando as condições socioambientais, em conjunto com a comunidade e instituições. O monitoramento ajuda a proteger o território e entorno para impedir as explorações ilegais de caçadores, pescadores, madeireiros, explorações florestais, transporte e comércio de plantas (biopirataria), desmatamentos e queimadas em suas terras e entorno.

“Os AAFIs orientam as pessoas sobre práticas de proteção, uso sustentável, conservação e preservação dos recursos naturais”.

XXVI Curso de Formação
de AAFIs / 2019
Foto: Leilane Marinho





Saberes indígenas:

"Fazemos uma reunião anual que fazemos um balanço das ações que foram realizadas durante o ano relativas à pesca, caça, retirada de árvores, brocas, roçados implantados, produção de farinha (16 casas de farinha na TI) e outras variedades. Tudo isso é feito de acordo com o plano de gestão da TI Poyanawa. Outra parte do meu trabalho é a fiscalização e vigilância, monitorando caçadores e retirada de madeira".

AAFI José Marcondes Rosa, 2017.

Muitos dos AAFIs participaram do curso de Agente Ambiental Voluntário oferecido (AAV) pelo Ibama, e assim podem aplicar Autos de Constatação. Sempre que for constatada uma infração prevista na legislação ambiental, o AAFI poderá registrar o Auto e encaminhá-lo às Gerências Executivas do Ibama que adotarão as medidas administrativas.

O trabalho do AAFIS na vigilância e fiscalização territorial é uma ação diária, envolvendo melhorar o próprio conhecimento sobre as leis ambientais do País e a orientação de outras pessoas.

Como protagonistas de uma ação político-educacional propositiva, os AAFIs vêm contribuindo para a prática de fiscalização e vigilância dentro e também no entorno de suas terras. A mobilização dos AAFIs que vivem em TIs na faixa de fronteira tem feito a mobilização em defesa de seus territórios e dos limites da nação brasileira.



Agentes Ambientais no CDPI
Foto: Marina Rabello



O QUE É O CURSO DE MONITORAMENTO COMUNITÁRIO?

A proteção territorial garante aos povos indígenas permanecerem em seus territórios, assegurando seus direitos e qualidade de vida. Assim está escrito no Artigo 231 da Constituição Federal e na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Também existem Leis que dão garantias de território aos povos indígenas, populações e comunidades tradicionais, mas devido às dificuldades na gestão pública, a floresta, a biodiversidade, as Terras Indígenas (TI) e as Unidades de Conservação (UC) estão fortemente ameaçadas.

Por essa razão é fundamental que lideranças e outros comunitários sejam capazes de monitorar e conservar esse rico patrimônio, então, para proteger os territórios indígenas e tradicionais do Acre e do Brasil, o Curso de Monitoramento Territorial aqui apresentado, **foi estruturado para:**

1

Ampliar conhecimentos e facilitar a compreensão e reflexão sobre a realidade dos indígenas, dos extrativistas e dos ribeirinhos que participam do Projeto Amazônia 2.0.

2

Apresentar novas informações e tecnologias para monitorar e proteger os territórios (aplicativos, mapas, as medidas legais institucionais de garantir a proteção territorial).

COMO O CURSO FOI PREPARADO?



Os assuntos estão organizados de forma a apresentar as realidades dos participantes das Terras Indígenas Mamoadate, e Alto Purus – povos Manxineru, Jaminawa, Huni Kui e Madija e do Parque Estadual Chandless – participantes das populações tradicionais – extrativista e ribeirinhos.

Os fascículos foram elaborados por um grupo de assessores técnicos, membros da CPI-Acre, com diferentes experiências e formação profissional (geógrafos, antropólogos, biólogas, zootecnista, engenheiro florestal, professora, gestor ambiental) e refletem diferentes formações e experiências no planejamento e avaliação das aulas.

O curso foi dividido em três fascículos e cada um deles está organizado da seguinte forma:



FASCÍCULO 1

Monitoramento de Base Comunitária



FASCÍCULO 2

Governança e Gestão do Meio Ambiente e do Território



FASCÍCULO 3

Educação Ambiental



FASCÍCULO 2 GOVERNANÇA E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE E DO TERRITÓRIO

Esse fascículo foca na Governança como instrumento de facilitação e envolvimento de toda a comunidade para que, juntos, se fortaleçam e se mobilizem na defesa e no monitoramento de seu território, mostrando que a união é fundamental e trará benefícios para todos. Aqui vamos aprender como a governança traz benefícios para toda comunidade. Também vamos falar do fortalecimento das associações e de políticas públicas, vamos lá?



O QUE É GOVERNANÇA?

A Governança é o espaço de diálogo que reúne os membros para tomar decisões e fazer acordos que atendam a um território, uma comunidade, povo ou grupo social.

Quanto mais os representantes estão perto da comunidade, vivendo o cotidiano, maior a participação das pessoas nas tomadas das decisões. Cada comunidade tem suas próprias formas de organização interna e funcionamento político.

A gestão do meio ambiente e do território é o modo de fazer dos povos indígenas e ribeirinhos, em seus territórios e uso dos recursos naturais. É a maneira como trabalham para manter a floresta viva e para sempre, por meio de suas práticas na produção de alimentos, proteção do território, do meio ambiente e buscando melhorias para as comunidades.

“Aprender sobre a governança ajuda a facilitar o relacionamento e aumenta a participação de todos”.

Aonde queremos chegar?

Queremos incentivar a troca de saberes entre lideranças, comunidades e moradores das Terras Indígenas e Unidades de Conservação sobre a importância dos seus territórios, da proteção, conservação e o uso dos recursos naturais.

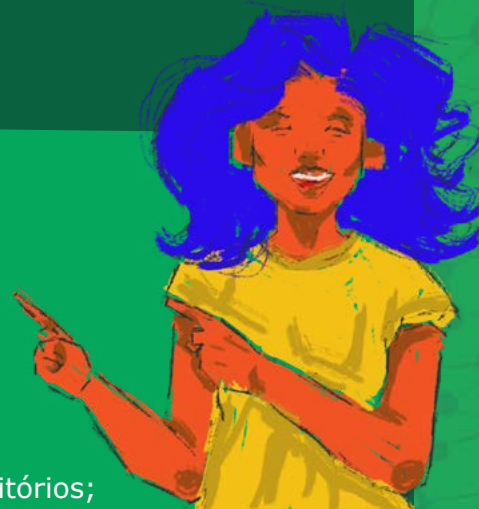
Também queremos valorizar a importância da participação comunitária na governança do território e na tomada de decisão, nos temas que tenham relação com a melhoria da qualidade de vida atual e para as futuras gerações.



Curso no CFPF
Foto: Leilane Marinho

O que vamos aprender aqui?

- O conceito de governança: o que é;
- Conversar sobre governança do território;
- Conversar sobre a gestão do meio ambiente e dos territórios;
- Conhecer o instrumentos de gestão dos territórios: Etnomapeamento, Planos de Gestão e Plano de Manejo;
- Fortalecimento das associações, organizações e cooperativas;
- Governança e políticas públicas.



Governar é tomar decisões sobre o território.

TEMA 1 – O CONCEITO DE GOVERNANÇA: O QUE É?

Governança e território estão ligados.

Uma Terra Indígena, uma Unidade de Conservação também é formada por uma comunidade ou várias comunidades ou um povo, município, estado ou país. Por isso, governar é tomar decisões sobre o território. Assim, a governança é o resultado da organização política de um povo ou comunidade.

Saberes Indígenas



"A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através das organizações podem ser elaborados projetos que interessam à comunidade, levantamentos sobre situação ambiental e do tamanho ideal dos roçados que cada família pode ter".

Isaac Piyanko, 1999.

Já dissemos aqui que, quando os representantes estão unidos à comunidade, maior é a participação de todos nas decisões e acordos comunitários. Assim, as comunidades elaboram formas próprias de organização interna (gestão) e funcionamento político.

Exemplos de espaços de governança e participação política são as assembleias comunitárias, conselhos e seminários temáticos.

Para os povos indígenas e comunidades tradicionais, essas decisões orientam as lideranças de uma comunidade, para tratar com os gestores públicos sobre educação, saúde, produção sustentável, soberania alimentar, saneamento básico, representação política externa e outros temas de interesse das comunidades.

É a partir do território, da necessidade comunitária e da forma de gestão, que a governança acontece. Ela é o conjunto de práticas que apoia a organização política e participativa da comunidade.



A **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**, documento importante publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), trata do conjunto de reivindicações dos povos indígenas sobre a melhoria de suas relações com os Estados nacionais.

Nessa declaração das Nações Unidas, podemos entender a autodeterminação dos povos:

Artigo 3 - Os povos indígenas têm direito à **autodeterminação**. Em virtude desse direito determinam livremente sua condição política e buscam livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Artigo 4 - Os povos indígenas, no exercício do seu direito à **autodeterminação**, têm direito à **autonomia** ou ao **autogoverno** nas questões relacionadas a seus assuntos **internos e locais**, assim como a disporem dos meios para financiar suas funções autônomas.



Fique atento!



Dessa forma, autodeterminação fala sobre a liberdade política que os povos têm para sua organização e projetos em seus territórios. No sentido econômico, eles são igualmente livres para buscar meios para a realização de seus projetos. A garantia legislativa faz com que os povos indígenas estejam protegidos pela lei no ato de governar, de tomar decisões, relativas às suas vidas e aos seus territórios.

A governança de um território deve ser sempre coletiva.

É com o envolvimento de diferentes opiniões, diferentes funções e representantes que se constroem as tomadas de decisão e acordos comunitários, mesmo que ela seja representada por apenas uma pessoa. O que importa é o processo. Ela é o conjunto de responsabilidades do grupo ou comunidade. **O curso vem, justamente, para pensar as melhores estratégias coletivas de governar!**



Aprender fazendo:

Forme grupos de trabalho dos diferentes territórios para discutir e responder às seguintes perguntas e depois volte para discutir em plenária:

- 1)** Como funciona a governança na sua comunidade ou aldeia? Como pode melhorar a governança na sua comunidade?
- 2)** Por que a autodeterminação é importante para os povos?
- 3)** Por que é importante que a governança seja coletiva e participativa?
- 4)** Qual é seu entendimento sobre governança?



TEMA 2 - CONVERSANDO SOBRE GOVERNANÇA DO TERRITÓRIO

A demarcação de Terras Indígenas e a criação de alguns tipos de Unidades de Conservação são a garantia dos direitos do território dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, pois marcam os limites das terras. O território demarcado é melhor para a preservação da identidade dos povos, os modos de vida, a cultura e organização. Também protege de invasões e ocupações.

Com relação às terras indígenas, a demarcação é lei, escrita na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto do Índio. **A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é responsável pela demarcação de terras indígenas.**

Para os povos indígenas, o território é a frente de resistência, pelo qual lutaram e ainda lutam para o fim da violência e sofrimento.



Vamos Ler:

Em relação às Unidades de Conservação o inciso I do art. 2º, da Lei nº 9.985 de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza o define como:

"O espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção".

O inciso III do § 1º do art. 225, da Lei Maior, que diz:

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Algumas Unidades de Conservação admitem a permanência de moradores que já se encontravam no local antes de sua criação. É o caso do Parque Estadual Chandless, onde os moradores puderam permanecer e cuidar da proteção.



Saberes indígenas

"Dos 13% dos territórios [indígenas] já regularizados, em média, quase 98% está na Amazônia, porque foi pressão internacional sobre ecologia, preservação. E quando a gente faz isso, é porque nós, indígenas, só podemos manter nossa identidade, nosso modo de vida, se tivermos o nosso território ali para gente poder exercer nossa cidadania plena, que é ser o que somos: indígenas, com culturas diversas, rituais sagrados, com modos de vida que dependem não só da terra, mas do território. Aquela natureza ali é considerada como nossa mãe e a terra que nos dá vida. Então é tudo que ali há, é o conjunto. Quando fazemos a luta pela demarcação de terras indígenas, é porque a gente sabe que a vida de todo mundo depende desse território preservado"

Sônia Guajajara, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

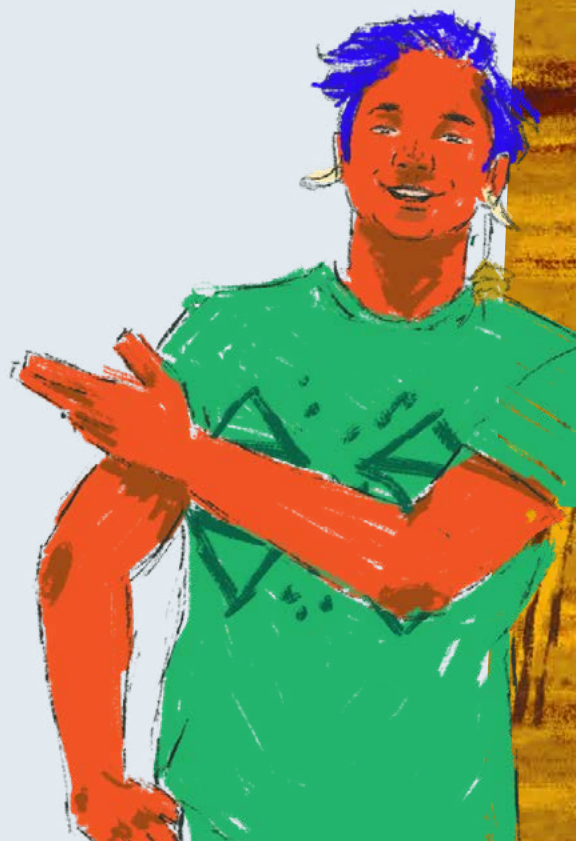


Vamos ler?

Conhecendo o artigo 231, parágrafo 1 da Constituição Brasileira de 1988

A luta pela demarcação, com o fim da ditadura militar em 1984, foi reconhecida na Constituição Federal de 1988 a obrigação da União demarcar, proteger e fazer respeitar todos os bens que existem nos territórios indígenas. No artigo 231, parágrafo 1, fala que:

"São terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas as que por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".



Saberes indígenas



"O tempo presente dos indígenas do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos anos. Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são...No Acre os indígenas estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta..."

Joaquim Maná, 2006.

No Acre, o tempo falado por Joaquim Maná passou a se chamar "tempo dos direitos", por causa da conquista de demarcação dos territórios que muitos povos indígenas e também seringueiros tiveram. Eles se viram livres da obrigatoriedade do trabalho, em condições de escravidão, para o patrão nos seringais.

As populações indígenas estiveram à frente de lutas políticas e sociais que colocaram fim no “tempo do cativo” e, conquistaram o “tempo dos direitos”. Nesse novo tempo, a FUNAI foi criada, em 1976 e, surgiram instituições parceiras dos povos indígenas.

Sobre o movimento indígena

A conquista do direito à demarcação ajudou a organizar as estratégias para uma gestão própria de cada território. Também fortaleceu o reconhecimento das autonomias políticas, da capacidade de tomar decisões para os rumos de suas próprias vidas. Sobre o impacto da demarcação na vida dos indígenas, a liderança Francisco Piyãko, em uma entrevista, diz:



Delegação
acreana em Brasília,
na luta pela demar-
cação de TIs do Acre,
1980.

Saberes indígenas



“A primeira coisa que a gente viu era que a gente estava ficando pobre, pobre demais, além de estar perdendo os nossos conhecimentos e não ser mais valorizados. Isso era parte do processo que a gente vivia, que tinha que apagar essa identidade. [...] Então, isso foi uma mudança muito grande, porque parece que as famílias se soltaram depois que saiu a demarcação, se viram livres para trazer tudo de volta, aquilo que estava guardado. [...] Dentro de quatro, cinco anos, a gente passou a ter uma vida totalmente rica, porque antes nós dependíamos dos patrões para o abastecimento”.

Francisco Piyãko





Aprender fazendo:

Veja o mapa com as Áreas Protegidas demarcadas no Brasil e no Acre e relacione isso com a barreira contra o desmatamento.

2 – Perguntas para discutir e responder:

- 1) Por que o território é importante para o seu povo ou comunidade?
- 2) Quais as mudanças que seu povo ou comunidade teve depois que a terra foi demarcada?
- 3) Por que os direitos são importantes para o seu povo ou comunidade?
- 4) O que é qualidade de vida para você?
- 5) Como você avalia a saída de algumas famílias para morar no município? Por quê?
- 6) O que precisa melhorar? O que fazer para melhorar?



TEMA 3 – CONVERSANDO SOBRE A GESTÃO TERRITÓRIO E DO MEIO AMBIENTE

A gestão do território e do meio ambiente nas Terras Indígenas é a etapa depois da terra demarcada. Temos que lembrar que mesmo a terra demarcada na lei sofre pressões e ameaças. Por isso, são os indígenas, sempre serão os responsáveis pela proteção de seus territórios.



Conversando sobre gestão territorial e ambiental na TI Alto Purus.

Foto: Josi Pinheiro, 2018.

A gestão do território e do meio ambiente nas Terras Indígenas é a etapa depois da terra demarcada. Temos que lembrar que mesmo a terra demarcada na lei sofre pressões e ameaças. Por isso, são os indígenas, sempre serão os responsáveis pela proteção de seus territórios.

Quando se fala de gestão do território há um debate importante: não é qualquer tipo de gestão e nem qualquer tipo de território. Isso porque o fazendeiro, com a criação de gado e o plantio de monoculturas, também está fazendo a organização do seu território. Foi por conta disso que o termo meio ambiente foi acrescentado, com o objetivo de mostrar que o trabalho de organização e cuidado com o território está relacionado com a floresta em pé.

Saberes indígenas



"Gestão é saber administrar, cuidar do território. Todos que estão aqui na oficina já são gestores que trabalham sem acabar com os recursos naturais. Hoje tem muita capoeira se regenerando. As pessoas mudaram o jeito de pensar. Cada vez mais veio abrindo a mentalidade do povo Manchineri. Se não fosse ele [o plano de gestão], talvez poderia estar pior. Se não usamos 100%, pelo menos 50%. Ele está sendo útil. Outra coisa é que esse Plano e o Etnomapeamento afunilou o conhecimento tradicional do povo Manchineri. Hoje nossa língua está mais forte ainda.

Lucas Manchineri



Os **Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA)** das Terras Indígenas, como iniciativa dos povos indígenas são exemplos de governança, neles estão as normas e acordos comunitários de uso do território e do meio ambiente, criados com a participação dos chefes de família, AAFI, professores, agentes de saúde, agente comunitário de saúde, pajés, lideranças, parteiras, mulheres, anciãos e jovens. Os PGTA mostram o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação indígena.

A experiência indígena que inspirou a criação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). A PGTA busca apoiar a gestão do território e do meio ambiente que é feita pelos diferentes povos e reconhece os planos de gestão como instrumento de governança.

Saberes indígenas



"Gestão territorial e ambiental é a maneira de usar bem os nossos recursos naturais dentro da nossa terra indígena. Manejar a fauna aquática: peixe, tracajá, jacaré. E também a fauna silvestre, como as caças. Também temos que cuidar da água e do lixo. Também temos que pensar no futuro, manejar a madeira de lei, as árvores frutíferas, as palmeiras e várias espécies de plantas como ervas medicinais. E temos que pensar em como criar animais silvestres e animais domésticos para poder enriquecer o nosso território. Agora nós estamos organizando junto com a comunidade, para não acabar essa riqueza. Nós conscientizamos todos os nossos alunos e cada coordenador e cada membro para isso".

CPI-Acre, 2007.

As **Unidades de Conservação** são importantes para a proteção das áreas naturais e de todos os benefícios que elas oferecem. No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é a ferramenta da política de gestão das áreas protegidas pela lei. A lei dá os critérios e regras para a gestão dos diferentes tipos de áreas protegidas no Brasil, estados e municípios. No entanto, as UCs ainda têm muitos desafios para a **governança**, devido à falta de uma boa gestão e de uma melhor estrutura.

No caso do Parque Estadual Chandless, o **Plano de Manejo** é o instrumento que orienta a gestão do território e do meio ambiente. Ele orienta as ações para que a área protegida possa conservar e proteger melhor esses espaços naturais. Ele é importante para que o futuro das famílias que vivem no Parque seja planejado, já que a intenção do governo do Estado é fazer com que os moradores do local sejam colaboradores na conservação da área, ajudando inclusive no turismo, sendo guias e guardas do Parque.



Aprender fazendo:

Vamos encontrar no texto que lemos onde podemos reconhecer a importância dos Planos de Gestão Territorial? Revise e faça uma anotação dos pontos importantes.



TEMA 4 – ETNOMAPEAMENTO, PLANOS DE GESTÃO E PLANO DE MANEJO: INSTRUMENTOS DE GESTÃO DOS TERRITÓRIOS



Um olhar para a terra indígena

O etnomapeamento é a etapa do programa dos agentes agro-florestais que levanta informações para produzir um mapa da aldeia. Nesse trabalho é feito o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena e diversas outras informações sobre a comunidade. Antes, todos os rios da comunidade tinham nomes indígenas, mas o contato com a língua portuguesa conseguiu afastá-los. Essa é uma forma de reafirmar a língua materna e seu domínio. Através do etnomapeamento dá para mostrar que estamos olhando para nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.



Saberes indígenas:

"Com o etnomapeamento é onde a gente pôde ter uma visão geral do território e a situação que se encontram os recursos naturais, nós tivemos também planejamentos e ações dentro da nossa terra e nos últimos anos trabalhamos com o plano de gestão da comunidade a partir do etnomapeamento e encontramos vários desafios, um deles, a organização interna para a gente poder levar à frente todas as outras ações que são necessárias para conseguir ter a garantia dos nossos recursos naturais".

Luiz Nukini, 2014.

Fazer o mapa do território ajuda a pensar e a entender a terra indígena e com isso, é possível organizar, identificar desafios e buscar soluções. Os mapas podem ser usados como uma base para debater, negociar, fazer a gestão e resolução de conflitos na comunidade.



Oficina de etnomapeamento
na TI Mamoadate
Foto: Billy Fequis, 2015



Saberes indígenas:

"O mapa é um sistema de guardar informações, antes a gente usava o mapa mesmo no quadro, desenhava, fazia na cabeça ou no papel, ou então na conversa mapeava o território, "aqui é área de manejo, aqui está tendo isso". Então a gente já tinha na nossa cabeça o mapa do território, com a sistematização dos mapas isso se amplia porque a gente tem um instrumento onde vai guardando as informações, onde vai sistematizando as informações, e isso se torna um instrumento político interno, porque é um papel, um desenho do seu território onde guarda todas as informações e quem vai conseguindo fazer a leitura, isso vai facilitando o andamento da gestão..."

Isaac Piyaäko, 2015.





O plano de gestão vem para
melhorar e facilitar a nossa
vida, se não tivesse esse
documento como seria?

O Plano de Gestão tem sido uma ferramenta
que mostra às autoridades dos governos o
cuidado dos povos indígenas com seus os
territórios.

O Plano de Gestão é um instrumento muito importante para a comunidade porque **nele estão as atividades para serem realizadas**, tudo isso serve para a vida do povo, para resolver o problema da caça, da pesca, da floresta, da terra, do rio, do igarapé, do lixo. O plano de gestão vem para melhorar e facilitar a nossa vida, se não tivesse esse documento como seria? Esse plano faz parte do nosso projeto de vida. A gente tem responsabilidade com o povo, a nossa terra e o planeta.

Para o plano de gestão funcionar, cabe responsabilidade para as famílias, para as lideranças, professores, pajés, parteiras, agentes agroflorestais, agentes de saúde, para os jovens que estão na escola que estão desenvolvendo esse conhecimento e estão praticando com os professores.

[...] Os alunos estão tendo mais cuidados e os professores ensinando como cuidar bem da terra indígena. O agente de saúde também está nessa orientação, dando aulas e explicações para os adultos e os jovens.



"Em 2004 quando realizamos o etnomapeamento na aldeia Vida Nova, tinha muito pasto. Nós estávamos no negativo. Tinha uma família grande aqui nessa aldeia e nós estávamos criando boi que invadia os roçados das comunidades, não podíamos plantar na praia perto da aldeia, tínhamos que plantar distante e as pessoas viram as dificuldades. Então começou a esvaziar a aldeia, cada família foi saindo e nós percebemos e pensamos: Poxa estamos invadindo nós mesmos, porque nós estamos criando aqui, e os parentes querem ver a plantação de seus roçados, a plantação da fruta que estava perto da casa deles e nós estamos criando o boi que invade, quebra as árvores das frutas, invade a roça, o bananal. Pensamos em acabar com o boi e acabamos e depois nós vimos a diferença. A diferença que a gente está vendo hoje é o enriquecimento da comunidade, o enriquecimento das frutas que estão chegando. Acho que agora nós pensamos uma coisa positiva".

Fernando Henrique Kaxinawa, 2018.



Sala de Aula do CFPF/CPI-Acre
Foto: Leilane Marinho



Fique atento!

A importância do plano de gestão para as ações de proteção e conservação dos recursos naturais

"A gente vem trabalhando com o Plano de Gestão Territorial da nossa terra indígena desde 2004, é um plano que não vai beneficiar só nós aqui. As ações que a gente faz na gestão do território e do meio ambiente também vai depender de fazer um diálogo com os nossos vizinhos do entorno da nossa terra. Aqui tem a Reserva Extrativista do Alto Juruá, temos duas comunidades indígenas do Peru, e descendo o rio temos a vila Foz do Breu. Nesse contexto do entorno, nós também podemos ajudar na implementação do plano de gestão onde nós estamos trabalhando com a nossa comunidade e com o entorno na conscientização e na sensibilização.

Com o nosso trabalho de gestão territorial e ambiental, nossos vizinhos vão ver o trabalho que estamos fazendo no manejo e conservação dos recursos naturais e isso pode ajudar as pessoas que vivem no nosso entorno a pensar no futuro, é um trabalho importante que nós já estamos fazendo há um bom tempo.

Mostrando como nós cuidamos da nossa terra para os nossos vizinhos pode ajudar a pensar num futuro melhor, é um trabalho que não pode prejudicar o meio ambiente, é um trabalho que pode durar e crescer, contribuindo no desenvolvimento do povo e da comunidade na segurança alimentar".

AAFI Altemir Matheus, 2018.



Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial (PNGATI).

O movimento das comunidades do Acre para construir os planos de gestão dos seus territórios foi tão importante que acabou se espalhando para vários outros povos pelo Brasil e, assim, pressionou o poder público a institucionalizar a produção dos planos por meio de políticas públicas. Em 2012, a partir do decreto 7.747, depois de muita luta, foi criada a lei da **Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial (PNGATI)**.

A Política foi criada para **garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas**, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.



A-Z

Conhecendo as palavras!

O conselho consultivo (não tem poder de decisão) é o fórum democrático de valorização, controle social, discussão, negociação e gestão da UC, para tratar de questões sociais, econômicas, culturais e ambientais relacionadas com a unidade.

O conselho deliberativo (com poder de decisão) é o espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da UC referente às questões sociais, econômicas, culturais e ambientais.

Plano de Manejo

Para as Unidades de Conservação, o Plano de Manejo é o instrumento de gestão para que a área natural cumpra seu papel de conservação e proteção. O Plano de Manejo orienta as ações identificando as áreas mais importantes da unidade e indicando as ações para melhor conservação, com base em diagnósticos seguros e confiáveis. Além do Plano de Manejo, são considerados como instrumentos de gestão das UCs os planos de gestão, os Conselhos Gestores e o Perfil da Família Beneficiária.

Os Conselhos Gestores são os espaços democráticos abertos à participação da sociedade na gestão das unidades de conservação para promover uma gestão compartilhada. O Conselho é composto por representantes da sociedade e dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Eles podem ser consultivos ou deliberativos.



Saberes indígenas



"Estamos indo para o 3º instrumento de gestão. Começou em 2008. Em 2017 tivemos ele aprovado pela União, a nível Nacional. Em 2016 foi conversado sobre o 2º perfil da família, que é o que ela faz, quais os moldes tradicionais. Isso a gente fez um perfil para que a gente aprovasse ou não a presença de uma família na RESEX. Ele fala do tamanho de cada colocação, licenciamento de extração de copaíba (tem que informar o órgão gestor); o uso do chá do Mariri (santo daime), caçada com cachorros.... Algumas regras construímos juntos, outras eram as que já estão nas leis. Na questão da pesca, não pode bicheiro, zagaia... e também qualquer tipo de poluição. Estamos esperando sair o plano de manejo. Ele é bem extenso. Foi iniciado o estudo, que é o nosso maior instrumento. Ele qualificou a produtividade dessas famílias, as potencialidades que estamos trabalhando. Temos também o conselho, que é deliberativo, criado em 2010. Ele pode decidir sobre essa questão da gestão. A Léia é a gestora, mas está sempre em consonância com as nossas decisões"

João Brás, presidente da Resex Alto Tarauacá.

A gestão e a governança andam juntas. Para ter uma boa gestão, é preciso um grupo organizado com diferentes opiniões para construir processos dialogados de decisão. A **governança** é o espaço de diálogo onde os indígenas vão definindo os melhores caminhos para se fazer uma boa gestão do território. Por isso, a gestão é um ato político e envolve o diálogo para se chegar aos resultados.



Aprender fazendo:

Gestão do território e do meio ambiente: debate e construção de conhecimento:

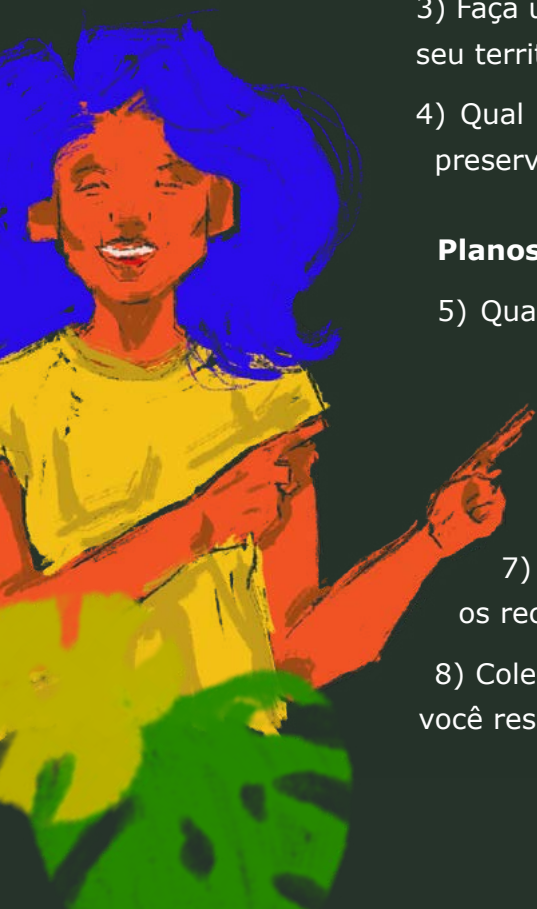
- 1) Realizar um debate sobre os diferentes territórios e os instrumentos de gestão. Identificar os pontos comuns e as diferentes tanto dos territórios como dos instrumentos de gestão.
- 2) Como estão sendo usados e colocados em prática os planos de gestão e o plano de manejo nos territórios?
- 3) Faça uma lista no seu caderno dos recursos naturais mais usados no seu território (animais, plantas, árvores, rios, etc.)
- 4) Qual a situação desses recursos naturais? Por que é importante a preservação deles?

Planos de Gestão Territorial e Ambiental e Plano de Manejo:

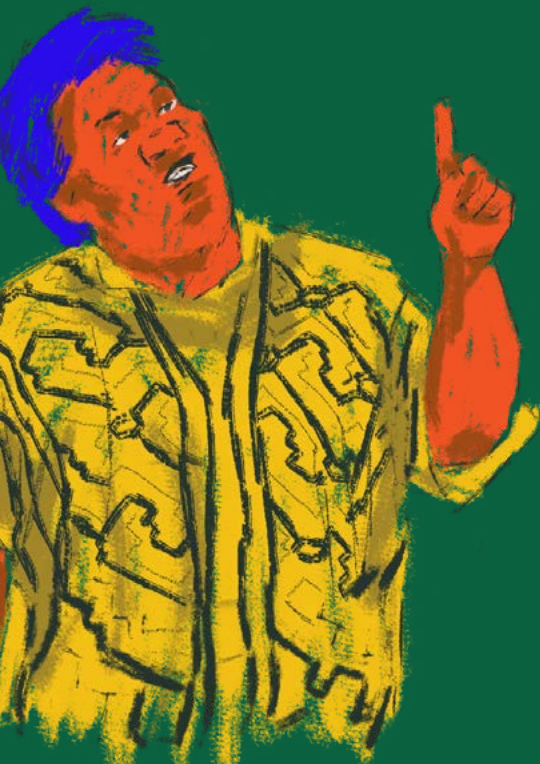
- 5) Qual a situação do Plano de Gestão/ Plano de manejo? É preciso atualizar?
- 6) Qual foi o impacto do Plano de Gestão na prática?

Etnomapeamento:

- 7) Desenhe a sua aldeia ou comunidade chamando atenção para os recursos naturais que existem nela.
- 8) Cole um adesivo no mapa levado pelo assessor, identificando onde você reside.



TEMA 5 – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: ASSOCIAÇÕES, ORGANIZAÇÕES E COOPERATIVAS



As associações e organizações indígenas surgiram ao longo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas em várias regiões do Brasil, na década de 1980. Mas foi após a Constituição Federal, em 1988, que elas se multiplicaram, devido à possibilidade dessas associações se constituírem como pessoas jurídicas.

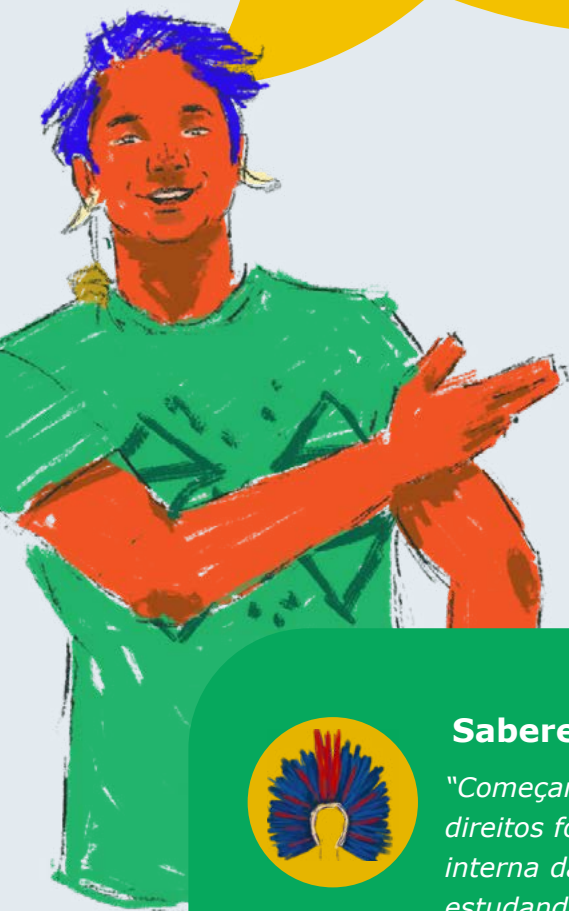
Desde 1983, no Acre, as lideranças realizaram assembleias anuais em Rio Branco. Nesses encontros debatia-se a criação de uma entidade de representação política dos indígenas do Acre e sul do Amazonas. Em 1986, representantes decidiram, durante a terceira Assembleia Indígena, **criar a União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI)**. Foi um passo importante no movimento indígena. A partir desse momento, as populações indígenas locais tiveram sua própria representação frente ao governo e à sociedade.

A UNI passou a cobrar da FUNAI e de outros órgãos governamentais a execução de programas para a demarcação de terras indígenas e ações voltadas à economia, educação e saúde.



Assembleia da OPIHARP,
TI Alto Purus
Foto: Josy Pinheiro

A criação da UNI fortaleceu o movimento indígena e estimulou o surgimento de outras organizações.



Já, em 1988, surgiu a **Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira (OPIRE)**, depois a **Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão (OPITARJ)** e a **Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ)**. Algumas conseguiram recursos com projetos para realização de atividades econômicas nas comunidades.

Em vários lugares do Brasil, não apenas indígenas, mas comunidades de populações tradicionais, passaram a se organizar para que pudessem representar seus próprios interesses e mostrar que tem suas próprias demandas e desafios.



Saberes indígenas

"Começamos a trabalhar muito para poder fazer com que os nossos direitos fossem cumpridos. Não foi fácil. Trabalhamos primeiro a parte interna da organização, da definição daquilo que a gente queria fazer, estudando as formas de se relacionar, procurando não ser dependente, procurando fazer os projetos que fossem para fortalecer a nossa autonomia, procurando compreender o intercâmbio como algo muito importante. Tivemos muitos projetos que foram de formação. Tivemos muitas oportunidades. Nós não queríamos ficar na dependência, então a gente trabalhou muito com o intercâmbio, para procurar encontrar respostas para as nossas dificuldades".

Francisco Pyiãko, 2015.

Com a criação da **Reserva Extrativista Alto Juruá**, a Associação existente foi transformada em **Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ)**, que passou a representar a população de toda a área.

Atualmente, as Reservas extrativistas possuem mais de uma associação, como é o caso da Resex Chico Mendes. Devido à abrangência do território, os moradores são representados por cinco associações, que surgiram em um período em que o Acre vivia o conflito pela terra entre os seringueiros e os novos “proprietários” dos seringais que chegaram ao estado incentivados pelo regime militar (1964-1985) e que tinham como missão transformar a floresta em pasto.

Numa Associação, é preciso garantir, também, o processo participativo e democrático do diálogo. Existem as Assembleias, que são espaços de governança, onde os associados se reúnem e definem os caminhos, verificam se a organização está de fato cumprindo com seu objetivo.

As associações podem participar de editais e apresentar projetos para a buscar recursos, doações ou apoio para iniciativas da comunidade. Há, também, a busca por parcerias estratégicas com outras organizações da sociedade civil para apoiar as formações e outras ações.



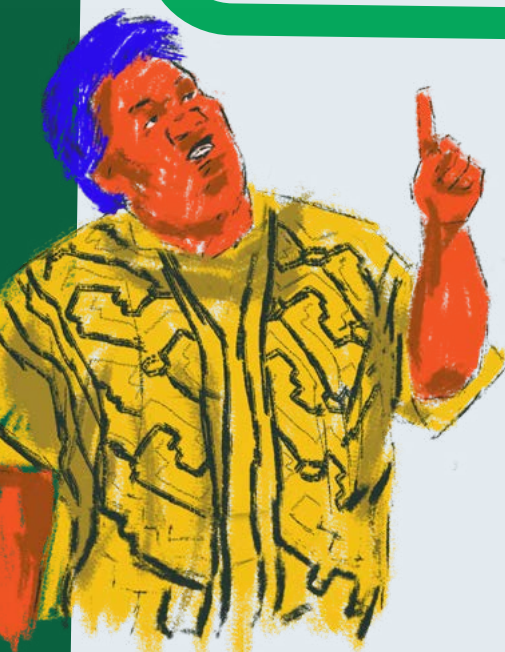
Aprender fazendo:



Perguntas:

- 1) Você faz parte de uma associação? Como se dão as tomadas de decisão?
- 2) Quais são os cargos existentes em uma associação? O que cada um faz?
- 3) Por que a associação é importante para seu povo ou comunidade?
- 4) Por que as parcerias são importantes para sua associação?

Falar da importância do movimento indígena e social, é falar também de economia. Aprender a valorizar a própria produção, entender o conceito de bem viver indígena e de como isso se alinhou com o movimento ambientalista da década de 90.



Cooperativas:

Esse tipo de organização é o conjunto de pessoas que se associam buscando objetivos comuns.

No Acre, no tempo do cativeiro, havia um sistema de escravidão em que os seringueiros, indígenas e migrantes nordestinos estavam sempre devendo ao patrão. Não podiam caçar, pescar e tinham que comprar somente do patrão daquele seringal. O patrão se aproveitava do fato dos seringueiros não saberem ler nem escrever, para continuar enganando-os.

"No seu barracão, o patrão vendia as mercadorias muito mais caras do que na cidade. Ele também pagava menos pelo quilo da borracha. Os indígenas saíam sempre enganados no peso da balança, porque não sabiam ler nem escrever. Assim, viviam endividados. Por causa desses débitos, não podiam deixar o seringal. No tempo do cativeiro, o índio não vivia liberto. Era conhecido por caboclo e vivia cativo. Custou muito sofrimento até a FUNAI chegar no Acre e informar aos indígenas que eles tinham direito de ter suas terras demarcadas. Com muita luta e a ajuda de várias entidades, como a própria FUNAI, a Comissão Pró-Índio e o CIMI, os indígenas organizaram suas cooperativas, conquistaram suas terras e acabaram com o cativeiro dos patrões".

Edson Medeiros Ixã Kaxinawa e Isaias Sales Ibã Kaxinawa.

Assim como uma associação, uma cooperativa tem uma gestão própria, que acontece em Assembleias e que buscam estimular a participação para que a governança seja ampla. Assim, as pessoas se sentem livres e informadas para decidirem coletivamente os próximos passos da instituição, seus desafios e a melhor gestão.

Para os povos tradicionais, a cooperativa organiza a produção de cada grupo familiar e faz pesquisa de mercado para vender a preço justo. Os produtores se preocupam em organizar juntos sua produção e podem reivindicar um preço melhor ao seu produto. A cooperativa contribui no reconhecimento da qualidade e origem do produto. Entre os desafios para os povos indígenas está a contribuição das cooperativas locais para a merenda escolar da região e formalizar um convênio com as prefeituras municipais, onde produção de frutas e legumes possa fornecer a merenda para as escolas nas Terras Indígenas. Com isso, as crianças têm bons alimentos, não levam lixo para as aldeias e as famílias passam a ganhar uma renda com a venda de seus produtos para as prefeituras.

Para que essas ações tenham sucesso, a organização pode fazer intercâmbios com outras experiências e parcerias estratégicas para criar espaços, tomando decisões transparentes e coletivas.



Aprender fazendo:

Perguntas:

- 1) Como a criação de uma cooperativa pode ajudar as famílias da sua comunidade?
- 2) Qual a diferença entre o barracão do patrão e a cooperativa do seu povo ou comunidade?
- 3) O que é autonomia e protagonismo comunitário para você?

Atividade:

Desenhe ou liste em seu caderno possíveis produtos para serem comercializados e os locais em que podem ser comercializados.

É importante lembrar que uma vez formalizadas as organizações, incluindo associações e cooperativas, além das obrigações que envolvem a própria atitude interna das organizações, como:

- Balanço Patrimonial assinado por contador e diretor estatutário responsável;
- Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;
- Relatório das Atividades do Exercício Anterior ;
- Plano de Ação para o Exercício em Curso;
- Relatório do Conselho Fiscal (se a associação tiver esse Conselho);
- Relatório de Auditoria Externa (caso necessário).

Estas devem também estarem atentas às obrigações fiscais, que são:

- **RAIS** – Relação Anual das Obrigações Sociais – obrigatório a todas as associações .
- **DCTF** – Obrigação fiscal a todas as entidades sem fins lucrativos.
- **ECD** – Escrituração Contábil Digital a todas as organizações que tiveram movimentação financeira acima de R\$ 1.200.000,00 no ano anterior.
- **DIRF** – Obrigação que relaciona impostos retidos na fonte.
- **DME** – Declaração que registra recebimento de dinheiro em espécie.

As associações são isentas de Imposto de Renda, mas é necessário a cada ano realizar a declaração de isenção, sob pena de multa, caso não seja realizada.

Criando uma Associação

1. Primeiro passo

Identificar necessidades e interesses que conectam o grupo (o que estamos fazendo ou pretendemos fazer juntos?) Isso permitirá à associação maior união e possibilidade de atuar, conjuntamente, para o alcance dos objetivos do coletivo.

2. Comissão organizadora

Para que uma associação exista, é necessário que um pequeno grupo de pessoas assuma as primeiras responsabilidades, tomando as providências necessárias.

3. Elaboração, discussão e aprovação do estatuto

O estatuto é o documento que irá conduzir as finalidades e funcionamento da associação, como: nome, sede, duração, objetivos, direitos, deveres e responsabilidades; bem como a estrutura da associação (assembleia geral, diretoria, conselho fiscal, contabilidade, livros, dissolução, disposições gerais e ata da assembleia geral de constituição) competências e formas de funcionamento.

A comissão organizadora pode elaborar uma proposta de estatuto para discussão e aprovação dos demais.

4. Diretoria e conselho fiscal

A diretoria e conselho fiscal serão responsáveis pela administração da associação e deve ser escolhida imediatamente. Esta é composta pelos cargos de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro; neste sentido sugere-se que durante a discussão/aprovação do estatuto, os interessados em concorrerem a esses cargos, já sinalizem esse desejo, dando agilidade ao processo.

A administração da associação deve ser fiscalizada assídua e minuciosamente por um conselho fiscal, este constituído de 3 (três) membros efetivos e no mínimo 2 (dois) suplentes, todos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, eleitos periodicamente pela assembleia geral, de acordo com o previsto no estatuto.

Criando uma Associação

5.Registrando a Associação

Dirijam-se ao cartório de registro de pessoas jurídicas ou ao cartório de registro de títulos e documentos acompanhado de:

- Requerimento do presidente da associação - 1 via;
- Estatuto - 3 vias assinadas ao vivo por todos os associados e, ao final, rubricada e assinada com firma reconhecida, pelo: presidente da associação, presidente da assembleia, secretário da assembleia;
- Cópia do registro de presenças (livro ou lista, com as assinaturas dos fundadores, observando-se uma forma legível de identificação das respectivas assinaturas) ou que constem da ata;
- Cópia autenticada do Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e comprovante de residência do presidente da associação;
- Ata de constituição - 3 vias assinadas ao vivo por todos os associados e, ao final, rubricada e assinada com firma reconhecida, pelo presidente da associação e secretário da assembleia geral. A ata da assembleia geral deve descrever a sequência dos acontecimentos ocorridos na reunião de fundação. Deve ser assinada pelo secretário e presidente da assembleia bem como pelos associados. Além da assinatura dos associados, eles devem apresentar o CPF e RG para constar na ata. O presidente eleito da associação também deve assinar a ata;
- A associação deverá se inscrever no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Receita Federal, no endereço eletrônico: www.receita.fazenda.gov.br;
- A inscrição estadual não será necessária no primeiro momento, apenas se houver movimentação de mercadorias; sendo possível realizar a inscrição em posto local de atendimento ou no site da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ).

TEMA 6 – GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O histórico de violência contra os povos indígenas e comunidades tradicionais teve início com o Estado. Quando tomaram a decisão pela abertura de estradas, grandes empreendimentos e grandes obras não respeitaram os territórios tradicionais. O movimento indígena começa a ganhar uma expressão nacional buscando atuar nos espaços governamentais, para influenciar as tomadas de decisão na governança do não-indígena.



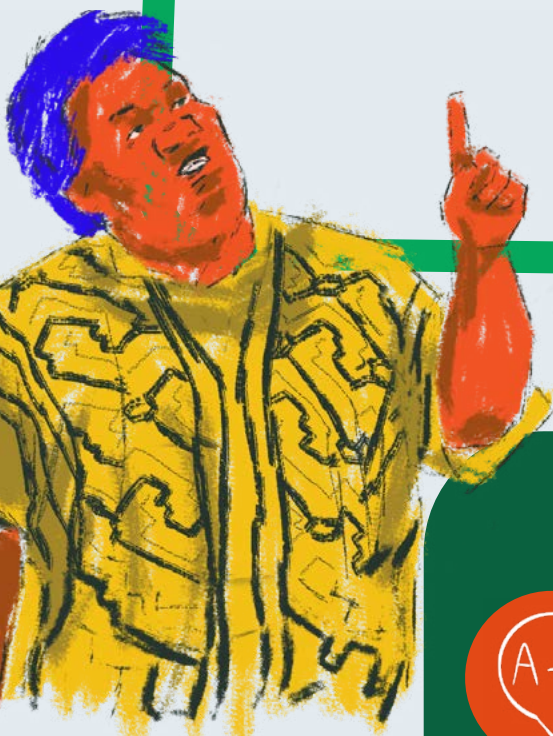
Saberes indígenas:

"À medida que a população vai crescendo, vai aumentando a necessidade de nos organizarmos. A nossa base está no território. Não podemos ter só a habilidade política para conversar com o governo, mas ter estratégias para que isso chegue nas bases. Há uma desconexão muito grande do que acontece na prática. Temos que mostrar a valorização do nosso território. A gente é que vai se ferrar se esse modelo opressor for pra frente.

Um dos primeiros pontos é que se proponha esses espaços nos estados subnacionais. Um segundo ponto é uma autorreflexão. Temos que discutir e chegar a pontos objetivos tanto a nível local quanto internacional. Temos que ter esse afinamento de diálogo entre povos indígenas e comunidades tradicionais para ser propositivo. Um terceiro ponto é ter espaços para legitimar. A gente precisa mais do que criar esses espaços, pensar em ferramentas para dominar esse espaço. Nós temos que construir desde a base, não assinar uma coisa que já está pronta. Seja no contexto do país ou no contexto global. 80% das áreas preservadas estão com os povos tradicionais e indígenas. Sem o território não somos nada; temos que estar unidos, integrados. Esse espaço é importante para isso.

Dione Nascimento, representante do CNS, 2019.

De modo geral, os recursos do governo não atendem as necessidades dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Quase sempre a gestão financeira acontece por sistemas em que a comunidade não está preparada para lidar. Por isso, é importante a mobilização para ter representatividade e incidência política dentro dos espaços de controle social.



Conhecendo as palavras:



O controle social é uma forma de participação da população na gestão pública. Ele garante à população espaços para discutir as políticas governamentais, fazer o acompanhamento, saber da transparência com os recursos, avaliar e fiscalizar. A participação social é o diálogo entre a sociedade e o governo nas decisões das políticas públicas. O controle social é a sociedade fiscalizando as ações do governo.

O Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI), é um exemplo de espaço de participação para o controle social da saúde indígena. Eles tem a função de aprovar o Plano Distrital de Saúde Indígena, acompanhar, planejar, avaliar, fiscalizar, supervisionar e deliberar as ações da saúde indígena no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI). Além disso, analisa os serviços de saúde prestados por instituições públicas, privadas e entidades não-governamentais, conveniadas ou não e as suas prestações de contas (Regimento Interno CONDISI 2012).

A Consulta Prévia é uma obrigação do Estado brasileiro de perguntar, na língua e com respeito, aos povos indígenas sua posição sobre decisões capazes de afetar suas vidas e seus direitos.



Aprender fazendo:



Perguntas:

- 1) Que serviço do Governo precisa melhorar na sua comunidade?
- 2) Você participa de algum conselho no seu município? Como funciona?
- 3) Por que é importante a participação dos povos indígenas e comunidades tradicionais na construção das políticas públicas?
- 4) Você já participou de reunião com o governo? Como foi essa experiência?
- 5) O que fazer quando não há participação indígena e comunitária na construção de políticas públicas?

Após esta etapa é importante organizar a agenda de atividades para melhorar a governança comunitária. A ideia é que esses assuntos sejam ampliados nas bases das comunidades.

Para garantir um engajamento maior das pessoas da comunidade nas tomadas de decisão, existem as etapas para fortalecer os espaços políticos de discussão e responsabilizar a comunidade com os acordos que elas mesmas elaboraram nos planos de gestão e outros documentos internos.

As etapas de governança da comunidade são:

1. Os representantes que participaram da oficina vão se reunir com atores sociais da comunidade (AAFI, Agentes de Saúde, Agentes de Saneamento, Professores, etc.);
2. Os atores sociais vão se reunir com a comunidade para discutir as ideias discutidas na oficina e na primeira reunião comunitária da etapa intermediária;
3. As comunidades tradicionais devem manter diálogo com os gestores para pensar uma incidência cada vez maior;
4. Os indígenas devem se aprofundar mais nos Planos de Gestão para cumprimento dos acordos;
5. Os responsáveis devem levar as pautas de participação, incidência política e governança para os Conselhos.



Perguntas:

- Como está a participação das comunidades na governança?
- Como pode melhorar a participação da comunidade na governança?
- A comunidade está cumprindo os acordos dos planos?
- Como surgiu a sua associação ou cooperativa?
- Quais foram os desafios na época da criação?
- Quais são os desafios hoje?
- Como está a situação das instituições comunitárias?
- O que pode fazer para melhorar?
- Quais são os canais de financiamento hoje? É possível ampliar?
- Quais são as parcerias? Está fortalecendo a governança comunitária?

Os caminhos trilhados pelos povos da floresta, em busca da floresta em pé e do bem viver dentro dos seus territórios foram muitos, com isso aprendemos que fortalecer a comunidade e nossa organização depende da governança e da gestão dos territórios.



Fique atento:

Cada povo, comunidade, tem uma relação própria com seu território e recursos naturais, mas enfrentam muitos desafios pelas mudanças ocorridas ao longo do tempo, que colocam em risco os próprios territórios, a segurança alimentar e as formas próprias de viver. Importante a articulação interna da comunidade, com participação para a tomada de decisões.

Para os povos indígenas, os Planos de Gestão Territorial e Ambiental foram construídos com participação comunitária com acordos conforme cada cultura, comunidade, política e o meio ambiente da terra indígena. **O PGTA é o instrumento comunitário para a autodeterminação do território e para dialogar e apresentar as demandas e prioridades dos seus territórios para as instituições públicas e parceiros.**

Os PGTA e os planos de manejo precisam ser fortalecidos como instrumento de gestão dos territórios como principais meios de garantir a autonomia para decidir o que é melhor para o território e para os moradores.

A avaliação deve ser aplicada e deve estar relacionada aos temas abordados, a metodologia utilizada, nível de participação e sua aplicação na base.

Vamos dialogar?

- Que aspectos são importantes para melhoria da governança?
- Como deve ser a participação dos moradores?
- Como deve ser a participação e representatividade nas decisões?
- Como se pode obter acesso às políticas públicas (melhoria da Educação e Saúde Básica?)
- Como receber apoio para comercialização de produtos agrícolas dos moradores?



Ideias de projetos comuns

- Educação para os filhos (Escola de qualidade);
- Comercialização dos produtos agrícolas (feijão, banana, etc.) com a garantia de comprador;
- Melhoria do atendimento à saúde da comunidade.



LISTA DE SIGLAS

AAFI – Agente Agroflorestal Indígena

AER – Avaliação Ecológica Rápida

AISAN – Agente Indígena de Saneamento

AIS – Agente Indígena de Saúde

AMAAIAC – Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

ASAREAJ – Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá

CONDISE – Conselho Distrital de Saúde Indígena

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CFPF – Centro de Formação dos Povos da Floresta

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

CNS – Conselho Nacional de Seringueiros, atual Conselho Nacional das Populações Extrativistas

CPI – Acre – Comissão Pró Índio do Acre

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura no Acre (CONTAG)

CORINES – Coordenadoria de Registro e Inspeção Escolar

DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre

MPF – Ministério Público Federal

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

OPIRE – Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira

OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá

OPITARJ – Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão

PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental

PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

RG – Registro Geral

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SERNANP – Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas do Peru

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TI – Terra Indígena

UNI – União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI).

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza



REFERÊNCIAS

ACRE, Governo do. **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Alto Rio Purus**. CPI-Acre, 2016, p. 23.

ALMEIDA, Mauro Barbosa **W. Direitos à Floresta e Ambientalismo: seringueiros e suas lutas**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a03v1955.pdf>. Acesso: 11 /12/2020.

BRASIL, **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35** que disciplina as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do Perfil da Família Beneficiária, de 27 de dezembro de 2013.

Brasil. 2012. Decreto n. 7.747, de 5 de junho de 2012. **Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI**, e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm>. Acessado em: 30 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil**. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

COELHO, Maria Emília. **Relatório da Reunião de socialização de informação e trabalho de campo da "Capacitação sobre Governança em Áreas Protegidas"** no Parque Estadual Chandless. 2018.

COMANDULLI, Carolina Schneider. **Entrevista com Ashaninka Francisco Piyãko, uma das lideranças da Associação Ashaninka do Rio Amônia - APIWTX**. BRASILIANA– Journal for Brazilian Studies. Vol. 5, n.1 (Nov, 2016). ISSN 2245-4373.

CPI-ACRE. **Aprendendo com a Natureza e Conservando Nossos Conhecimentos Culturais**. CPI-Acre, 2006.

CPI-ACRE. **Discutindo problemas, pensando Soluções**. CPI-Acre, 2007.

CPI-ACRE. **Etnomapeamento da Terra Indígena Mamoadate**. CPI-Acre, 2016, p. 79.

CPI-ACRE. **Nossa Biodiversidade, Nossa Vida**. CPI-Acre, 2017.

CPI-ACRE. 2020. **Povos e Terras Indígenas do Acre. Rio Branco – AC**. Disponível em: <http://cpiacre.org.br/conteudo/povos-e-terras-indigenas/>.

CPI-ACRE. **Relatório da I Oficina de Monitoramento e Vigilância da Terra Indígena Mamoadate**. CPI-Acre, 2015.



CPI-ACRE. **Relatório do Curso de Manejo, Uso do fogo e Desenvolvimento de Capacidades Técnicas.** CPI-Acre, 2020.

CPI-ACRE. **Relatório do X Curso de Formação de AAFIs.** CPI-Acre, 2004.

FOREST TREND. **Governança Territorial Indígena na América Latina,** 2016.

KAXINAWA, M. Edson; KAXINAWA Ixã; e KAXINAWA S. Ibã Isaias. **Índios no Acre: História e Organização.** Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC Acre 2002).

GAVAZZI. Renato Antonio. **Contribuição dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre para o Equilíbrio do Clima.** AMAAIAC, Rio Branco, 2018.

GUAJAJARA, Sonia. **Entrevistas – Sonia Guajajara. Rede TVT,** 2019. <https://www.youtube.com/watch?v=QWPVOrlhfs&t=918s>

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos Indígenas.** Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de Unidades de Conservação: Guia sobre sua criação e funcionamento.** 2009.

PEREIRA, Luis Fernando. **Legislação ambiental e indigenista: uma aproximação ao direito socioambiental no Brasil.** Rio de Janeiro, Museu do Índio/IEPÉ/FNMA/MMA. 2010, 1ª reimpressão, 2014.

PINEDO, Maria Luiza. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre). **Gestão Territorial e Ambiental das Áreas Naturais Protegidas do Município do Jordão,** 2018.

POVO MANXINERU. **Protocolo de Consulta dos Povos Jaminawa e Manxineru da Terra Indígena Mamoadate,** 2019. Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre).

RAMALHO, M., Ana Luiza. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre). **Relatório Descritivo de Viagem de Assessoria às Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão Baixo Rio Jordão,** 2015.

Rede de Cooperação Alternativa, **Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira-os percursos da RCA.** RCA. 2013.

RIBEIRO F. Estevão. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI- Acre). **Relatório Gestão Territorial e Ambiental Integrada das ANPs de Assis Brasil: Gestão integrada para a proteção dos territórios,** 2019.



SEBRAE. COOPERATIVA. **SÉRIE EMPREENDIMENTOS COLETIVOS**. 2014, p. 39.

UICN. **Diagnóstico Situacional de linha de base – atualizado**. Projeto Amazônia 2.0 Rio Branco, 2020, p. 112.

UICN. **Plano Orientador do Monitoramento Florestal em Terras Indígenas e Unidades de Conservação**. Projeto Amazônia 2.0 Rio Branco, 2020.

OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Alto Rio Purus, 2016.

Relatório do X Curso de Formação de AAFIs, 2004. Arquivo CPI-AC

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Mamoadate, p. 79, 2016.

Relatório da I Oficina de Monitoramento e Vigilância da Terra Indígena Mamoadate. CPI-Acre, 2015.

Legislação ambiental e indigenista: uma aproximação ao direito socioambiental no Brasil / Pereira, Luis Fernando. Rio de Janeiro: Museu do Índio: IEPÉ: FNMA: MMA, 2010. 1ª reimpressão, 2014

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm
acessado em 12/11/2020

Relatório da I Oficina de Monitoramento e Vigilância da Terra Indígena Mamoadate. CPI-Acre, 2015.

Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Alto Rio Purus, 2016, p. 23

Plano de Manejo do Parque Estadual Chandless, volume 1, 2010, p. 168.

Relatório do Curso de Manejo, Uso do fogo e Desenvolvimento de Capacidades Técnicas. CPI-Acre, 2020.

Portaria da SEE/AC N.º 2322/97

Parecer (CEE) Nº 101/2009, de 27 de novembro de 2009 e Resolução 236/2009, de 21 de dezembro de 2009.



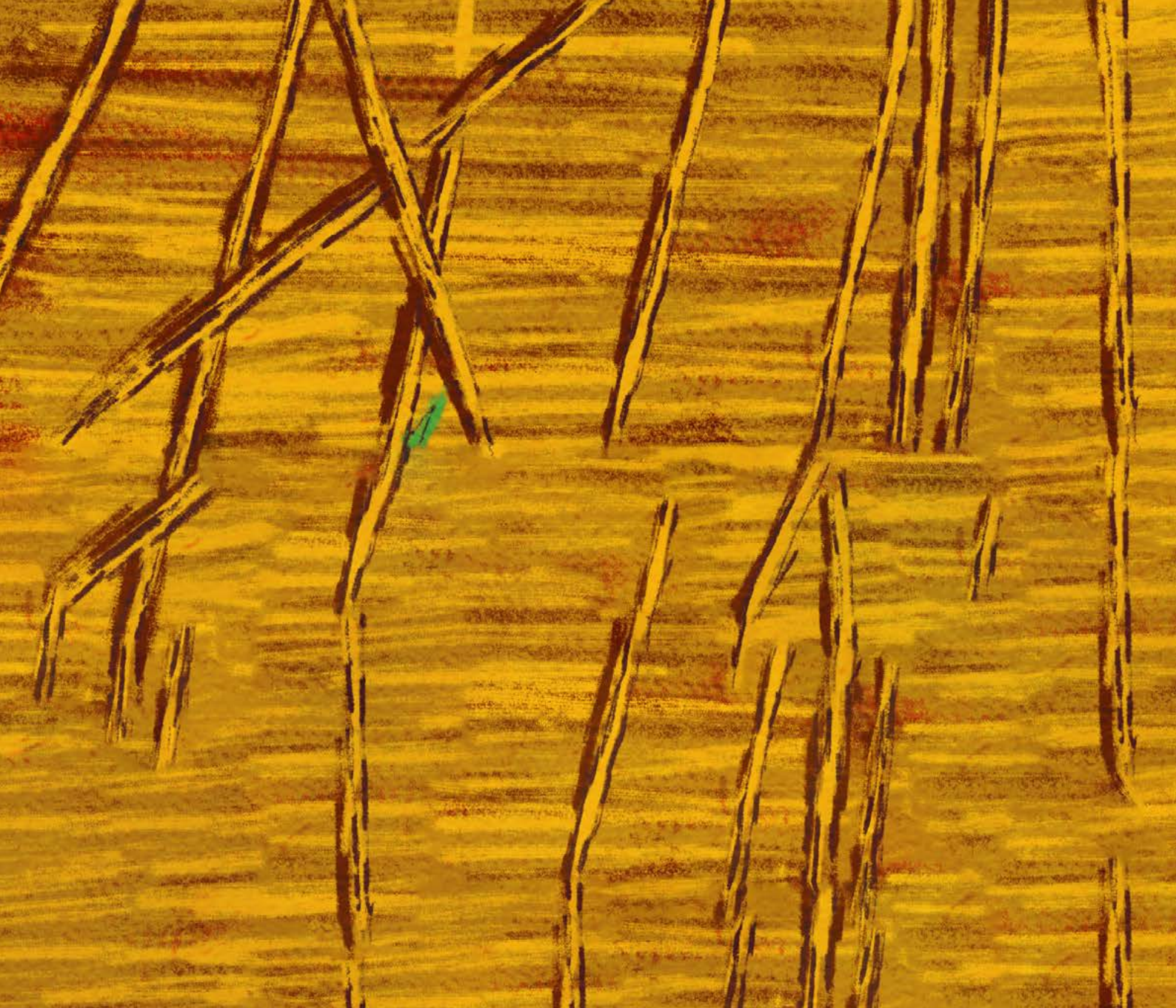


Para saber mais



Há muitas informações complementares aos temas da cartilha que podem ser acessados na Plataforma Amazônia 2.0. Além disso, preparamos os conteúdos do curso na plataforma Google Sala de Aula.

Na sala de aula virtual vamos encontrar todos os conteúdos que apresentamos na cartilha e também materiais de apoio como apresentações, animações e vídeos que vão ajudar a entender melhor as temáticas de cada fascículo. Você pode consultar o **[link aqui:](https://amazoniadospuntozero.com)** **<https://amazoniadospuntozero.com>**



Escritório da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)
CLN 210, Bloco C, Sala 205-208 - Asa Norte, Brasília. DF, Brasil. 70862-530
+55 61 35472588 www.iucn.org

Financiado por



União Europeia



Parceiros

